



ENSINO UNIVERSITÁRIO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UMA INCLUSÃO REVESTIDA DE EXCLUSÃO

Carlos Fernando França Mosquera¹

Noemi Nascimento Ansay²

RESUMO

Historicamente as Universidades vivenciaram todos os períodos difíceis das Pessoas com Deficiência, dentro e fora dos muros escolares. Recentemente pudemos vivenciar o paradigma da integração, que pretendia fazer adaptações nos sistemas de ensino de forma a adaptar tais estudantes à escola. Na atualidade com ênfase no paradigma da inclusão, vivemos uma nova dinâmica e nova realidade do ensino e aprendizagem. Um dos grandes desafios e urgência rumo a esta nova perspectiva é a promoção de estratégias favoráveis ao acesso e permanência desses estudantes na Instituição de Ensino Superior. O problema da pesquisa surge quando se percebe que a evasão universitária desses alunos continua muito grande. Como objetivo discutir e apontar quais as principais barreiras enfrentadas pelos alunos universitários com deficiência e sugerir possíveis encaminhamentos para a mudança estrutural. Como método, optou-se por uma revisão bibliográfica e apontamentos das experiências dos autores do trabalho. A revisão bibliográfica buscada foi pesquisar nas principais Revistas Científicas Brasileiras da área, como também nas publicações próprias. Autores como GARCIA (2020), FERREIRA (2007), CASTRO e ALMEIDA (2018), ANSAY (2016), entre outros. Nos resultados analisados e discutidos, as mudanças na estrutura pedagógica das universidades são fundamentais para efetivação de um ensino democrático e plural, como também a formação continuada dos professores para o ensino na diversidade.

Palavras-chave: Inclusão, Ensino Universitário, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO³

“Entre a esquerda e a direita, continuo uma pessoa com deficiência”, uma frase adaptada da militante negra Sueli Carneiro, que termina “continuo preta.” A frase pode nos ajudar a entender questões universitárias historicamente sedimentadas. Continuar deficiente sim, desde que

¹ Professor da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, carlos.mosquera@unespar.edu.br

² Professora da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, noemi.ansay@unespar.edu.br

³ Esta pesquisa/ensaio é resultado de um conjunto de projetos que tratam da temática do aluno com deficiência na Universidade. Os autores agradecem o apoio recebido da UNESPAR para a apresentação deste trabalho



amparado por leis que possam garantir o acesso e permanência na universidade. Estas conquistas, como as da Sueli, merecem uma discussão mais ampla, política e plural, eis, portanto, um dos momentos desta necessária discussão. Para ninguém ficar de fora da universidade, discussões são necessárias. Uma breve revisão histórica nos ajuda a situar nosso ensaio.

Historicamente a Escola vivenciou todos os períodos das Pessoas com Deficiência (PcD) dentro e fora dos muros escolares. Recentemente pudemos vivenciar o paradigma da integração, que pretendia fazer adaptações nos sistemas de ensino de forma a adaptar tais estudantes à escola. Na atualidade com ênfase no paradigma da inclusão, vivemos uma nova dinâmica e nova realidade do ensino e aprendizagem. Um dos grandes desafios e urgência rumo a esta nova perspectiva é a promoção de estratégias favoráveis ao acesso e permanência desses estudantes na Instituição de Ensino Superior (IES).

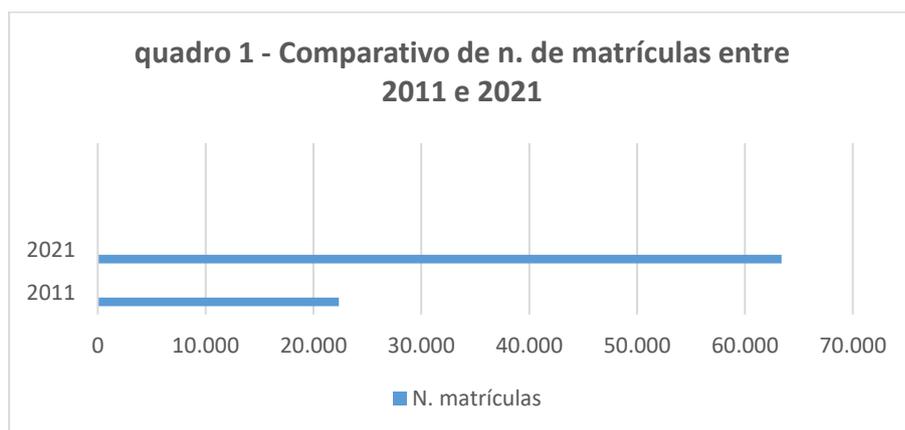
Aproximar o leitor de três questões fundamentais que norteiam a exclusão de alunos com deficiência da Universidade: desigualdade, ensino e políticas públicas, são questões integrantes desse ensaio

A sociedade Brasileira no decorrer da história construiu um caminho desigual, multifacetado e alicerçado nas diferenças sociais, quando o assunto é Escola. No ensino Superior não foi diferente, uma vez que a universidade reflete a sociedade em que está inserida. A partir da década de 1990, por meio de movimentos das famílias, pesquisadores e das pessoas com deficiência, novas possibilidades foram se delineando no campo da inclusão.

No ensino superior, o acesso dos estudantes com deficiência (EcD)⁴, teve um importante avanço, basta vermos os dados do Mec/Inep (Censo da Educação Superior, 2021); em 2011, o número de matrículas foi de 22.367 e, 0,33% em relação ao total de matrículas em cursos de graduação. Dez anos depois, 2021, o número de matrículas salta para 63.404, ou, 0,71% em relação ao total de matrículas em cursos de graduação (quadro 1). Um aumento significativo.

⁴ O Censo da Educação Superior refere Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação – Brasil 2011-2021

Nessa estatística oficial⁵, não aparece alunos que apresentam outras deficiências⁶, nem mesmo os que apresentam os chamados distúrbios de aprendizagem.



Quadro 1- Comparativo do n. de matrículas de alunos com deficiência nas Universidades Brasileiras (públicas e particulares)

Os números oficiais refletem uma urgência na melhoria das condições de acesso do AcD nos bancos universitários. Buscando dados do IBGE⁷, de 2019, apontam 16,6% da população brasileira possuía ensino médio completo ou superior incompleto, ao contrário das pessoas sem deficiência, que os números giravam em 37,2%. Isso só reforça a necessidade de melhorar e incrementar as Políticas Públicas em nosso país.

A conjuntura gerada pela pobreza, indiferença e exclusão, afasta os alunos menos favorecidos socialmente, assim, deixamos de conviver com as diferenças. Em outra perspectiva, sabe-se que a escola, a universidade principalmente, recorre ao apelo sentimental, moral e religioso, mesmo que seja por conveniência, assim, “perdemos mais uma vez a oportunidade do ambiente inclusivo, permeado de equidade e disposto, mesmo que, com muito esforço, tornar a universidade mais humana e menos excludente”. Só nessas poucas linhas escritas, apresenta-se perspectivas que

⁵ Tipo de deficiência: Deficiência física, baixa visão, deficiência auditiva, deficiência intelectual, transtorno global do desenvolvimento, cegueira, surdez, altas habilidades/superdotação, surdocegueira

⁶ Síndromes raras, daltônicos, anões, depressão, etc...

⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



incluem e excluem AcD da universidade. Dentro das universidades percebemos este problema diretamente quando encontramos alunos com necessidades educacionais especiais em sala de

aula. Constatamos um total despreparo das Instituições para acompanhar e dar suporte para a formação de estudantes com deficiência e acessibilidade em todas as suas dimensões, nas diferentes etapas de ensino. Desafios aos processos de organização de currículo, avaliação e promoção de estratégias que contribuam com o acesso, permanência e conclusão destes estudantes (SILVA; ROSSATO; CARVALHO, 2018)

Justifica-se, portanto, a escrita desta pesquisa/ensaio que busca reflexões sobre a importância da Universidade no atendimento de pessoas com deficiência e/ou com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Igualar condições de acesso e permanência, oferecer atendimentos de ensino que estimulem os alunos efetivar as avaliações e atividades acadêmicas com decência e rigor acadêmico, são algumas das proposições discutidas.

Uma pergunta necessária para reflexão: quais as estratégias mais urgentes e pontuais que as Universidades devem adotar para assegurar direito e igualdade de oportunidades para os alunos com NEE?⁸

O problema da pesquisa surge quando se percebe que a evasão universitária desses alunos continua muito grande. Como objetivo discutir e apontar quais as principais barreiras enfrentadas pelos alunos universitários com deficiência e sugerir possíveis encaminhamentos para a mudança estrutural. Como método, optou-se por uma revisão bibliográfica e apontamentos das experiências dos autores do trabalho. A revisão bibliográfica buscada foi pesquisar nas principais Revistas Científicas Brasileiras da área, como também nas publicações próprias. Autores como GARCIA (2020), FERREIRA (2007), CASTRO e ALMEIDA (2018), ANSAY (2016), MOSQUERA (2022) entre outros.

DISCUSSÃO

O tripé que sustenta a política da inclusão escolar – Financiamento FUNDEB, Atendimento Educacional Especializado (AEE), Acessibilidade - também reflete ações afirmativas dentro

⁸ Para unificar os termos, usaremos Necessidades Educacionais Especiais (NEE) também para se referir aos alunos com deficiência ou Pessoas com Deficiência (PcD). “Para alunos que apresentarem, durante o seu processo educacional [...] dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares (...) (Brasil, 2001, p. 02)



das Universidades, pois o assunto, independente do ano escolar, sempre é o mesmo, educação. Reduzir o ensino universitário presencial e enfrentamento das barreiras para evitar a exclusão, é apenas ignorar uma realidade que convive com os mais vulneráveis. Sem regulamentações da

expansão que avança no setor privado, seja no ensino a distância ou na manutenção das barreiras educacionais, programas como o ProUni, perdem a razão de existir. Acesso e Equidade são conquistas para todos e todas, independente da mercantilização ou do acesso gratuito. Regulamentação da autonomia universitária, que desde a constituição de 88 não foi apreciada, já poderia ser um novo recomeço.

Ao mesmo tempo dessas urgentes e necessárias transformações, surge a partir dos anos 1990, mais um objeto de estudo desse campo, Disability Studies (Estudos da Deficiência). Para Gustavo Piccolo (2014), um dos pesquisadores dedicados à difusão dos Disability Studies, no Brasil, o campo prioriza a inversão de paradigmas pela *“afirmação de que a principal causa da exclusão social enfrentada pelas pessoas com deficiência reside na forma como a sociedade reage a suas diferenças”*, confrontando-se à perspectiva individual de interpretação da deficiência. O aparecimento do Modelo Social da Deficiência, idealizada no Reino Unido, que ainda hoje no Brasil é pouco discutida, ganha relevância mundialmente. Questionar o “poder” da medicina que determinava o destino das PcD, que era norma pelo mundo todo, foi fundamental para estruturar os preceitos filosóficos de diversos pensadores e sociólogos ingleses. O Modelo Social da Deficiência torna-se relevante para a sociedade pela natureza da produção social e histórica, que se configurou por uma resistência social. Essa perspectiva, ou melhor, esse novo modelo, torna-se revolucionário quando discutimos o binômio inclusão/exclusão nos bancos escolares universitários. É a perspectiva de compreender que as barreiras acadêmicas enfrentadas pelos AcD são decorrentes dos desacertos de projetos curriculares e arquitetônicos que impedem o acesso e permanência de algumas pessoas dentro das instituições de ensino.

Estratégias mais urgentes e pontuais

Retomar as Leis sobre as PcD, principalmente às que discutem a equidade e qualidade de ensino na universidade, revisá-las e atualizá-las. Foi um compromisso de muitos na época em que essas



Leis foram aprovadas. Para exemplificar, a Lei nº 13.409/2016, Lei de cotas para as pessoas com deficiência no ensino superior, que é recente, mas, discutir, à luz das políticas educacionais que enfrentam resistências internas e descaso em alguns setores universitários, devem ser pautas

atuais. Os desafios para garantir a inclusão, qualidade de ensino e permanência dos alunos com deficiência é ponto urgente para a garantia do direito social.

Muitos alunos que não conseguem entrar na universidade e outro número também grande de pessoas que estão na Universidade e desistem da mesma, pois não são enquadrados na Lei de cotas mas sofrem com inúmeras dificuldades de aprendizagem; apraxias, síndromes raras, alexia, agnosia, depressão e outros. As estratégias e encaminhamentos que os Núcleos de Acessibilidade e Inclusão nas universidades devem oferecer a esses alunos e aos professores informações que contribuam com o enfrentamento dessas dificuldades. Disseminar informações para a derrubada das barreiras atitudinais, pedagógicas e avaliativas são necessárias para o ambiente pleno das ações afirmativas. Ainda cabe aos Núcleos de Acessibilidade, levantar o número total de alunos com NEE matriculados para propor aos diversos setores das universidades estratégias que colaborem com o aprendizado e convivência desses alunos. O mesmo em propor Políticas Públicas de Inclusão na universidade que favoreçam o maior número de pessoas. Dentre essas estratégias, apoio aos professores que sintam-se fragilizados nos atendimentos dos AcD. A diversidade é grande em uma universidade, nem sempre assumida e revisitada, assim, construir em conjunto estratégias pedagógicas e estruturais para um ensino plural e democrático, deve ser prioridade para os inúmeros Núcleos de Acessibilidade que são realidades em nosso país. Nos casos em que os materiais de apoio não estejam disponíveis na Universidade – “*medidas adicionais*”, como são conhecidas, as quais implicam até nas alterações curriculares, são imprescindíveis. Portanto, o procedimento acadêmico, numa perspectiva “Inclusiva” centra-se na elaboração de projetos – e não só isso –, sendo necessário que busquem receitas extras para a compra de materiais necessários para atendimento dos alunos que necessitam de apoio. Não custa lembrar de uma citação que reforça estes procedimentos: “*o princípio fundamental da sociedade inclusiva é o de que todas as pessoas com deficiência devem ter suas necessidades especiais atendidas. É no atendimento das diversidades que se encontra a democracia.*”



Pelo menos como sugestão dos autores desta pesquisa/ensaio, os Centros de Acessibilidade às pessoas com NEE deveriam adotar no início do ano para tornar a Universidade mais inclusiva:

- Engajar-se no levantamento do número de alunos com NEE matriculados;
- Levantamento das principais dificuldades acadêmicas e estruturais dos alunos cadastrados;
- Dimensionar os materiais tecnológicos, adaptados e de apoio existentes na universidade para disponibilizar aos mais necessitados;
- Além disso, reunião permanente com professores que estejam enfrentando dificuldades no ensino destes alunos ou mesmo, que ainda estejam planejando atividades;
- Providenciar projetos de monitoria;
- Propor regulamentos que ajudem no acesso ao aprendizado dos alunos com NEE;
- Reestruturação dos espaços físicos;
- Digitalização e correção de materiais impressos para alunos e professores com deficiência visual;
- Organizar, em parceria com o Núcleo de Concursos, as bancas de verificação dos candidatos ao vestibular que se inscrevem para as vagas destinadas a pessoas com necessidades especiais, bem como bancas de atendimento especial para o próprio vestibular e demais concursos.⁹
- Outros

Todas estas iniciativas/discussão (sugestões) apresentadas aqui, não são definitivas, mas podem ser o começo. É conclusivo que o atendimento aqui descrito como “*especial*” também está ancorado em atender qualquer aluno que necessite de apoio.

Nos casos em que os materiais de apoio não estejam disponíveis na Universidade – “*medidas adicionais*”, como são conhecidas, as quais implicam até nas alterações curriculares, são imprescindíveis. Portanto, o procedimento acadêmico, numa perspectiva “*Inclusiva*” centra-se

⁹ Esta é uma das atividades do NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – UFPR)



na elaboração de projetos – e não busquem receitas extras para a atendimento dos alunos que necessitam de apoio.

só isso –, sendo necessário que compra de materiais necessários para

As dimensões aqui mencionadas, servem como sugestão, mesmo que estas sejam amplamente discutidas e aceitas pela literatura. As maiores barreiras (dificuldades) que os alunos com NEE relatam, servem de apoio para implementação de iniciativas dentro das IES¹⁰, alguns exemplos: 1) preconceito, de grande parte dos atores da universidade; 2) barreiras arquitetônicas, que

dificultam os deslocamentos; 3) barreiras metodológicas, apresentam-se como as dificuldades e limitações de ensino que os professores enfrentam, na adequação do material didático; 4) dimensão programática, que se ocupa da eliminação de políticas públicas, normas e regulamentos que possam criar barreira à inclusão; 5) comunicacionais, “*qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa.*” (BRASIL, 2000).

SASSAKI (2011, p. 39) “*propõe que a acessibilidade contemple o conjunto das relações sociais ao ir além dos espaços construídos, dos transportes e das comunicações*”, entretanto, sabemos que “*outras*” dimensões, próprias de realidades e culturas distintas, podem surgir e proporcionar outras barreiras, caso não se tenha iniciativa para oferecer uma solução.

E os professores? Estratégias curriculares

O despreparo dos professores universitários com alunos “*diferentes*” não é novidade. “*A escola em geral reproduz a sociedade, por isso mesmo legaliza as desigualdades*”. Instituições de ensino universitário estão cristalizadas com seus costumes e regulamentos, mostram-se refratárias a qualquer mudança. A partir das políticas de ação afirmativas, percebe-se um grande interesse dos docentes – pelo menos assim aponta a literatura – em aceitar a diversidade em seus quadros. Mesmo que o despreparo da maioria dos docentes seja reconhecido.

Essas “*diferenças*” de atendimento no ensino sempre foram pouco discutidas, ao longo da história e culturalmente subvertidas em exclusão. Nenhuma mudança significativa ou transformadora até os anos 1990, como já comentado, no atendimento aos “*diferentes*” e, a

¹⁰ Instituição de Ensino Superior.



partir de leis e discussões dos direitos humanos, as IES foram obrigadas a rediscutir seus currículos e ações pedagógicas. Como exemplo, tivemos em 1994, a Portaria n. 1.793, que recomendava a inclusão de uma disciplina nos cursos de Pedagogia, Psicologia e Licenciaturas que tratava do atendimento de PcD. Essa recomendação serviu como uma bandeira para os futuros avanços. Contudo, como apontou Ansay (2016), as grades curriculares foram pouco afetadas nos anos seguintes à portaria. Outro exemplo dessa afirmação foram as cotas¹¹, um marco nacional para o favorecimento do crescimento de matrículas nas universidades.

“As coisas não devem ser vistas necessariamente como boas ou ruins, positivas ou negativas – elas apenas são tais quais são e, num olhar rodrigueano da vida tal qual é, cabe a nós resolvermos o que fazer com elas, sem fatalismos, mas com conhecimento enquanto oráculo.” (LUZ, 2018).

Aceitar e reconhecer as limitações no atendimento da diversidade já está sendo reconhecidamente transformador. Como apresentado anteriormente, o currículo que acolhe as NEE e/ou PcD é recente, por isso, como afirma Luz (2018), nem sempre fomos capacitados para essa nova realidade. Para Silva e Pavão (2018, p. 628), *“fica evidente a importância das adaptações curriculares em todos os níveis de ensino, partindo do pressuposto da Educação Especial como uma modalidade de ensino que ocorre da Educação Infantil até o ensino superior.”* A Educação Especial é fruto de uma conquista, uma modalidade de ensino que não pode ser esquecida ou rejeitada em qualquer situação de planejamento de ensino. Isso basta para aceitarmos a urgência na implantação e seguimento destas “novas” prerrogativas.

E agora? Discussões permanentes

É fundamental neste momento à presença e os trabalhos dos Centros de Acessibilidade às PcD ou NEE dentro das Universidades. São estes profissionais especializados que podem nortear as melhores ações pedagógicas, ou melhor, reforçar a importância de ações afirmativas e proativas para o combate à desigualdade social e acadêmicas.

Não cabe aos Centros de Acessibilidade opinar sobre os conteúdos dos professores, ao contrário dos processos pedagógicos – adaptados ou não. Parte-se do princípio, como afirma Bueno (1998, p. 49), diferenciar a Inclusão Escolar da Educação Inclusiva, fundamental para o

¹¹ Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, com renovação da Lei prevista em dez anos.



encaminhamento dos professores refere-se a uma proposição de alunos que tradicionalmente têm sido excluídos da escola, no segundo caso, refere-se a um objetivo político a ser alcançado.

com alunos “*especiais*” A primeira política em ação, de incorporação

Esta diferenciação se faz necessária para que todos os protagonistas da Universidade possam elaborar suas propostas acadêmicas com os mesmos objetivos inclusivos. A falta de preparo dos professores para o atendimento de alunos com NEE é conhecido, como também a sua consequência, o fracasso escolar. Vale ressaltar que outros fatores como pobreza, escolas precárias, famílias desestruturadas, políticas de governo e outros, também contribuem com o fracasso escolar. Esta constatação refere-se a todas séries escolares, incluindo o terceiro grau.

O processo ensino-aprendizagem passa obrigatoriamente por diversas etapas, com modificações pontuais de acordo com a experiência e capacitação de cada professor. Segundo Perrenoud (2001), grande parte das estratégias de ensino utilizadas pelo professor deve ser adaptada às características dos alunos, à composição da classe e a história das relações entre os educandos e entre eles e o professor. O esforço do professor está em conhecer o processo de aprendizagem dos alunos, entender como cada um aprende os “*conhecimentos historicamente apresentados no espaço universitário.*”

Para colaborar com esta exposição, deixamos a seguir algumas sugestões de apoio para os primeiros atendimentos aos alunos universitários com NEE, muitas destas provenientes das ações de alguns Centros de Acessibilidade do Brasil: (MOSQUERA et al 2022)

- Sempre é oportuno, nos primeiros encontros com estudantes em situação de deficiência, perguntar se precisam de algum recurso especial ou adaptado;
- Quanto aos deslocamentos internos dos alunos: perguntar diretamente ao aluno qual o melhor procedimento (sejam cegos, cadeirantes, autistas, surdos etc.), orientar o aluno o melhor local para sentar em sala (mais claro, ventilado e fácil comunicação com o professor); lembrar que o mais próximo do professor facilita o apoio exigido para o momento.
- Para cada deficiência, certamente exige uma especificidade de atendimento. Isso não sugere que o professor precisa conhecer todas estas realidades, e sim, saber se o aluno em questão está acompanhando ou não o conteúdo ministrado. A “*medicalização*” sai de cena e entra a



Pedagogia. A dúvida aqui é saber o que fazer quando o aluno com NEE aponta suas dificuldades. A partir destas, pode-se sugerir os encaminhamentos necessários. Pensa-se numa ação de reforço quando se percebe que o *feedback* do aluno é o não aprendido;

- Nestas situações os Núcleos de Acessibilidade podem ajudar o professor com as adaptações necessárias. Implementar legislações próprias dentro das universidades para regulamentar algumas ações que fogem dos procedimentos corriqueiros, podem facilitar muito;

- Especificamente para os alunos com deficiência visual (DV), principalmente os com baixa visão, usar equipamentos para ampliação da fonte de textos (software de ampliação de tela), é o recurso mais comum presente nas universidades. Para alunos cegos, computador com sintetizador (Dos Vox ou outro software leitor de tela); impressora braille e gravador de voz

(CASTRO e ALMEIRA, 2014). Usar poucas imagens quando as aulas são apresentadas em PowerPoint. Quando isso não for possível, faça uma áudio-descrição das imagens;

- No caso da comunicação com alunos cegos, use uma linguagem menos ambígua, linguagem direta e sem medo de ficar à vontade. Pergunte ao aluno cego se ele está compreendendo a explicação;

- Com alunos surdos oralizados, procure falar diretamente com ele, de forma clara, sem gritar ou falar muito devagar. No caso de surdos que utilizam a Libras como primeira língua, procure interagir, escreva mensagens, busque aprender a língua de sinais e estabeleça uma parceria com o/a intérprete de Libras, não esquecendo que o professor ou professora é você e não o intérprete;

A proposta destas sugestões serve apenas para não deixar o professor desamparado neste primeiro contato com alunos que necessitam de apoio especializado. Apenas isso!

Estes procedimentos são possíveis, mesmo que ainda falte muito para atender todos os alunos que esperam recursos, fruto de políticas de financiamento de ações para a permanência de estudantes com deficiência no ensino superior. Destaca-se o Programa Incluir (MEC), que objetiva fomentar a criação e/ou consolidação dos Núcleos de Acessibilidade e implementar políticas de inclusão de PcD na Educação Superior (BRASIL, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Núcleos de Acessibilidade aos alunos “*especiais*” (inspirados no Programa Incluir) continuam sendo os principais responsáveis em alertar os Colegiados de Ensino e/ou Universidades na urgência em sugerir propostas de ensino que atendam uma demanda inexistente até então. Ainda falta muito para que a Universidade possa atender todos equitativamente, mas muito já avançamos.

Mas isso só será possível se os candidatos menos favorecidos tenham acesso à Universidade. A Legislação, estadual e federal, é norteadora das providências quando a universidade ofertar vagas que incluam alunos cotistas – isso não significa que alunos com NEE sempre busquem as cotas. Alterações no edital do manual do candidato, o que já se observa em várias

universidades espalhadas pelo Brasil. Ledores (pessoas capacitadas para ler as questões de prova quando o candidato tenha dificuldades de acesso (pessoas com deficiência visual e TEA, como exemplo); tempo para responder as questões do vestibular; cadeiras e mesas adaptadas; profissionais especializados próximos dos vestibulandos com limitações de acesso à prova ou ao ambiente. Todos estes procedimentos criam condições legais e oportunizam direitos iguais para que tenham acesso à universidade

O que se está fazendo nas universidades, confirma a reabertura das Instituições de Ensino para um alunado que pouco tempo atrás estava excluído deste acesso, e por isso mesmo, aleijado de seus sonhos. Estamos contribuindo, quando oferecemos acesso a todos, com o sonho de jovens que precisam deste apoio para transformar um desejo em um sonho. Novas discussões e pesquisas na área são necessárias e imprescindíveis para evitar que outros jovens estudantes com deficiência não deixem de entrar na Universidade.

REFERÊNCIAS

ANSAY, N.N. **Políticas de acesso ao ensino superior para estudantes com deficiência no Chile e no Brasil (1990-2015)**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, 2016.



BRASIL, Presidência da República. Lei n. 10.098, de 19/12/2000. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10098.pdf>>. Acesso em 08/05/2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP, p. 22, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10098.pdf>>. Acesso em 13/07/2006.

BUENO, J.G.S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial? (In:) BUENO, J.G.S.; MENDES, G.M.L.; SANTOS, R.A. **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara: Junqueira e Marin; Brasília: CAPES, 2008, p. 43-63.

CASTRO, S.F.; ALMEIDA, M.A. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. **Ver.. Bras. Ed. Esp., Marília**, v.20, n. 2, p.179-194, abr-jun 2014. Acesso em: 23/04/2018.

FERREIRA, S.L. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília/SP, v. 13, n. 1, p. 43-60, 2007.

GARCIA, R.M.C. Política de Educação Especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Rev.Bras.Educ.**, Rio de Janeiro, v.18, n.52, p.101-119, 2013. Disponível em:https://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000100007&Ing=em&nrm=isso. Acesso em: 08ago.2020

GOIS, A. O ponto a que chegamos: duzentos anos de atraso educacional e seu impacto nas políticas do presente. **FGV Editora**, p.62, 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília: Inep. 2020. Disponível em: <https://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas>. Acesso em: 22 mar. 2022.

LUZ, G.O.F. A educação especial e as concepções conflitantes de curriculum. (In:) Mosquera, C. (Org.) **Deficiência Visual: do currículo aos processos de reabilitação**. 3 ed., Curitiba: Editora do Chain, 2019.

MAZZOTTA, M. J.S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.

MEC.DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 22/07/2012



MARTINS, L.A.R. História da educação de pessoas com deficiência: da antiguidade ao início do séc. XXI. Campinas/SP: **Mercado das Letras**, 2013.

MOSQUERA, C.F.F. Entre Devaneios e Ilusões: Educação Especial e Memórias Inclusivas. **Ed. Chain**, 2019.

MOSQUERA, C.; ANSAY, N.N.; LOPES, M. M.; OLIVEIRA, F.J. C. Ensino universitário para estudantes com deficiência: Inclusão ou exclusão? (In): BEGGIATO, S. ARNDT, A.D. Ensaio sobre arte, educação e musicoterapia. **Editora CRV**, 2022

OLIVEIRA, C.B. Jovens deficientes na Universidade: experiências de acessibilidade. **Revista Brasileira de Educação**, v.8, n.55, 2013.

PERRENOUD, P. Dez novas competências para uma nova profissão. **Rev. Pedagógica**, n.17, maio-julho, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <http://penta3.ufrgs.br/MECCicloAvan/integracao_midias/modulos/1_introdutorio/pdf/etapa2_as_novas_competencias.pdf>. Acesso em: 03/04/2021

PICCOLO, Gustavo M. Por um pensar sociológico sobre a deficiência. Curitiba: **Editora Appris**, 2014.

ROCHA, Louize M. da; FERNANDES, Sueli. A oferta do atendimento educacional especializado nos municípios da área metropolitana norte de Curitiba, no contexto da política nacional de educação especial, na perspectiva da educação inclusiva. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS**, 23, 2017. Recuperado de <https://desafioonline.ufms.br/index.php/intm/article/view/5081>

SASSAKI, R.K. Acessibilidade na inclusão escolar e laboral. In: Ferreira, E.L. (Org.), Atividades físicas inclusivas para pessoas com deficiência. V. 3, 2 ed., Juiz de Fora/MG: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

SCHLESENER, A.H. Os tempos da história. Leituras de Walter Benjamin. **Brasília Liber Livro**, 2011

SILVA, M. C. da; PAVÃO, S. M. de Oliveira. (Im)possibilidades das adaptações curriculares na educação superior. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 621-649, out. 2018.

SILVA, D.S.; ROSSATO, M.; CARVALHO, E.N. S. A narrativa de universitários cegos acerca de suas experiências acadêmicas. *Revista Educação Especial Santa Maria/RS*, v.32, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X32390>. Acesso em 05 ag. 2020.

SAMPAIO, H. Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para discussão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29(84), pp. 43-55. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092014000100003>

UNICEF. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Conferência de Jomtien, 1990. **Disponível** em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>>. Acesso em: 03/04/2021.